

DEFENSOR JURÍDICO

Caderno de Prova: Prova Objetiva

	Questões
Língua Portuguesa	01 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 60

INSTRUÇÕES

- Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.
- Não é permitida a consulta a apontamentos, livros ou dicionários.
- Solicite a presença do fiscal em caso de necessidade.

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

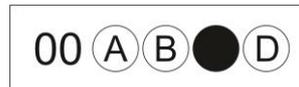
- Confira se este caderno de questões é o caderno correto do cargo para o qual você se inscreveu.
- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 60 (sessenta) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 60 e se o Caderno de Questões apresenta todas as folhas numeradas corretamente.
- Caso haja algum problema, solicite ao fiscal a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova.
- Qualquer questionamento sobre a prova deverá ser encaminhado por via de recurso, de acordo com o edital do processo seletivo.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador (a) a correção na Ata da Sala.
- Assine no espaço indicado.
- Em nenhuma hipótese será distribuída cópia do Cartão-Resposta, que é identificado eletronicamente.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

- Use caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Não serão consideradas as respostas que não forem transportadas para o Cartão-Resposta ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR A PROVA

- Após uma hora do início da prova, o candidato poderá se retirar sem levar o caderno de questões. Para isso, você deverá chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS. A saída com o CADERNO DE PROVAS somente ocorrerá após três horas e quarenta e cinco minutos do início das provas.
- Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.
- O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido, terá o fato consignado em ata e será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo, o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, notebook, ipod, ipad, tablet, pendrive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO): QUATRO HORAS

Site: www.unirv.edu.br - @unirv - facebook.com/unirv

LÍNGUA PORTUGUESA

T E X T O

Como a Folha era o único veículo que mandava repórteres em São Paulo para todos os comícios e abria generosamente suas páginas para a cobertura da campanha das diretas, passei a fazer parte da trupe, dar palpites nos discursos, sugerir caminhos para as etapas seguintes. Viajava com os três líderes da campanha em pequenos aviões fretados, e, em alguns lugares, dr. Ulysses - era assim que se referiam a ele - fazia questão de anunciar minha presença no palanque. Eu sabia que, em outras circunstâncias, essas coisas não pegariam bem para um repórter. Àquela altura, no entanto, não me importava mais com o limite entre as funções do profissional de imprensa e as do militante. Ficava até orgulhoso, para falar a verdade.

Cevado pelas negociações de bastidores no Parlamento, em que tudo devia estar acertado antes de a reunião começar, o incansável Ulysses, que na Constituinte de 1987 passaria horas presidindo a sessão sem levantar sequer para ir ao banheiro, transmudara-se num palanqueiro de primeira. Impunha logo respeito, eu até diria que ele era reverenciado aonde quer que chegasse. A campanha das Diretas não tinha dono, e por isso crescia a cada dia. Mas, embora ele não tivesse sido nomeado, todos sabiam quem era o comandante.

Meu maior problema, além de arrumar um telefone para passar a matéria a tempo de ser publicada, era o medo de avião. “Fica calmo, meu caro jornalista, avião comigo não cai”, procurava me tranquilizar Dr. Ulysses, com seu jeito formal de falar até em momentos descontraídos. Muitos anos depois, ele morreria num acidente de helicóptero, em Angra dos Reis, no Rio, e seu corpo desapareceria no mar para sempre. (Fragmento de Ricardo Kotscho. **Do golpe ao Planalto: uma vida de repórter**. São Paulo).

QUESTÃO 1

Eu sabia que, em outras circunstâncias, essas coisas não pegariam bem para um repórter (1º parágrafo). Essa afirmação tem como pressuposto a exigência que geralmente se faz a um repórter de:

- (a) distanciamento da participação política, ainda que por uma boa causa.
- (b) não envolvimento ou participação nos acontecimentos que está cobrindo.
- (c) não manifestar sua opinião pessoal a respeito dos acontecimentos que cobre.
- (d) manter uma absoluta imparcialidade diante dos fatos sobre os quais escreve.

QUESTÃO 2

A afirmação de que dr. Ulysses *transmudara-se num palanqueiro de primeira* (2º parágrafo) indica a sua transformação:

- (a) do parlamentar sério e respeitado ao político populista, que procurava manipular o público por meio de sua retórica.
- (b) de presidente Constituinte de 1987 ao político designado para liderar o movimento que ficou conhecido como Diretas já!
- (c) do negociador que se movimentava fora do alcance do público ao político que passou a se dirigir diretamente ao povo.
- (d) de um articulador que planejava cuidadosamente suas ações a alguém que apenas se deixou levar pelos acontecimentos.

QUESTÃO 3

O segmento cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

- (a) *limite entre as funções do profissional de imprensa e as do militante* = fronteira entre os ofícios do jornalista e os do ativista.
- (b) *passei a fazer parte da trupe* = iniciei-me nos mistérios do grupo hermético.
- (c) *o único veículo que mandava repórteres* = o meio exclusivo de comunicação que determinava os jornalistas.
- (d) *era reverenciado aonde quer que chegasse* = era tratado com condescendência nos lugares onde costumava aparecer.

QUESTÃO 4

A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, foi realizada de modo INCORRETO em:

- (a) *único veículo que mandava repórteres* = único veículo que os mandava.
- (b) *impunha logo respeito* = impunha-o logo.
- (c) *fazia questão de anunciar minha presença* = fazia questão de anunciá-la.
- (d) *um telefone para passar a matéria* = um telefone para passar-lhe.

QUESTÃO 5

Mas, *embora ele não tivesse sido nomeado*, todos sabiam quem era o comandante.

Em relação à frase em que está inserido, o segmento grifado acima possui um sentido:

- (a) Condicional.
- (b) Causal.
- (c) Concessivo.
- (d) Comparativo.

QUESTÃO 6

Atente para as afirmações seguintes sobre a pontuação empregada nas frases transcritas:

I. *...e, em alguns lugares, dr. Ulysses - era assim que se referiam a ele - fazia questão de anunciar minha presença no palanque.*

Os travessões isolam um segmento explicativo e, sem prejuízo para a correção e a lógica da frase, poderiam ser substituídos por parênteses.

II *... o incansável Ulysses, que na Constituinte de 1987 passaria horas presidindo a sessão sem levantar sequer para ir ao banheiro, transmudara-se num palanqueiro de primeira.*

A retirada simultânea das duas vírgulas não causaria prejuízo para a correção, a lógica e o sentido da frase.

III. *“Fica calmo, meu caro jornalista, avião comigo não cai”, procurava me tranquilizar dr. Ulysses, com seu jeito formal de falar até em momentos descontraídos.*

As aspas poderiam ser dispensadas, pois seu emprego é facultativo quando não há dúvida de que o autor transcreve a fala de outrem.

Está correto SOMENTE o que conta em:

- (a) I.
- (b) II.
- (c) I e III.
- (d) I e II.

QUESTÃO 7

As regras de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (a) A campanha das Diretas, de que os mais jovens participaram ativamente, terão sempre lugar especial nos registros de nossa história recente, ao lado de episódios como o movimento carapintadas que, em 1992, levaram à deposição de um presidente.
- (b) Por mais diferenças que houvesse entre eles e o incansável dr. Ulysses, a maioria dos políticos que foram seus contemporâneos não lhe demonstravam senão grande admiração e profundo respeito.

- (c) A confusão entre as funções de jornalista e de militante, no caso de Ricardo Kotscho e de outros profissionais de nossa imprensa, tornaram possível um registro muito mais vivaz de várias personagens da campanha das Diretas.
- (d) Poucos episódios na história mais recente do Brasil pode nos inspirar tanto orgulho quanto a campanha das Diretas, ao longo dos anos 1983 e 1984, ainda que as eleições diretas para presidente, sua principal reivindicação, só tenha sido contemplada em 1989.

QUESTÃO 8

A argumentação caracteriza-se como um procedimento do autor para fazer o leitor aderir às suas teses defendidas em um texto. Ao argumentarmos, construímos ideias, justificamo-las ordenando-as, buscando também seduzir o leitor, dirigindo os argumentos de modo a atingir nossa meta de persuasão. Com base nestas informações, assinale a alternativa que NÃO se mostra como uma característica do texto dissertativo-argumentativo.

- (a) O texto dissertativo argumentativo volta-se para uma única ideia, que é a tese do texto. Tudo que se afirma ao longo da argumentação se volta para essa ideia.
- (b) Um bom recurso que normalmente é explorado pelo argumentador para conferir maior veracidade ao seu texto é a utilização de citações autorizadas de outros escritores, que tratem do mesmo tema.
- (c) O bom texto argumentativo é coeso, com cada uma de suas partes amarradas em torno de um tema central, e coerente, com articulação lógica entre seus segmentos.
- (d) Ao bom texto argumentativo é possível enriquecê-lo com o uso de termos e/ou expressões redundantes, não havendo rigor quanto ao desenvolvimento do tema central, buscando assim, a variedade de expressões.

QUESTÃO 9

Identifique a alternativa que melhor se apresenta para completar as lacunas do fragmento abaixo.

“É necessário _____(cegar/segar) os galhos salientes do _____(bucho/buxo), de modo a que se possa fazer _____(xá/chá) com as folhas mais novas.”

- (a) segar - buxo - chá
- (b) segar - bucho - xá
- (c) cegar - buxo - xá
- (d) cegar - bucho - chá

QUESTÃO 10

ÁGUA INSALUBRE

Estudo do *Pacific Institute of Oakland*, na Califórnia, prevê que 76 milhões de pessoas morrerão de doenças relacionadas à água até 2020. As crianças serão mais afetadas por males causados pelo uso e ingestão de água contaminada. No mesmo período, serão registrados 65 milhões de casos fatais em consequência da aids em todo o mundo (Márcia Peltier. O Globo).

O texto lido pode ser classificado como:

- (a) Didático.
- (b) Normativo.
- (c) Preditivo.
- (d) Jurídico.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Somente o parlamentar possui legitimidade para impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- (b) É admissível, no sistema brasileiro, o controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei (controle preventivo de normas em curso de formação).
- (c) Em respeito ao princípio da tripartição dos poderes, é vedado ao Poder Judiciário se imiscuir no processo legislativo.
- (d) O Superior Tribunal de Justiça é competente para exercer o controle preventivo de constitucionalidade das normas em curso de formação e o Supremo Tribunal Federal é competente para o controle repressivo das normas introduzidas no ordenamento jurídico pelo poder legiferante.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são cláusulas pétreas e não podem ser suspensas em nenhuma hipótese.
- (b) No caso de decretação do Estado de Sítio, é admissível a suspensão de garantias fundamentais previstas na Constituição Federal.
- (c) No Estado de Defesa, a supressão de direitos e garantias fundamentais é mais abrangente que no Estado de Sítio.
- (d) Não se admite a suspensão de direitos e garantias fundamentais na decretação do Estado de Defesa.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é formal, escrita, dogmática, promulgada, analítica, dirigente e rígida.
- (b) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é material, escrita, dogmática, promulgada, analítica, dirigente e rígida.
- (c) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é material, escrita, dogmática, promulgada, sintética, dirigente e rígida.
- (d) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é formal, escrita, dogmática, promulgada, sintética, dirigente e flexível.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O Brasil adota, harmonicamente, os controles difuso e abstrato de constitucionalidade
- (b) O juiz do trabalho não está autorizado a exercer o controle difuso de constitucionalidade, em face da especificidade do direito material correlato à sua atividade judicante.
- (c) O controle difuso de constitucionalidade se destaca pela produção de efeitos *erga omnes* conferida pelas decisões do Poder Judiciário.
- (d) O controle concentrado de constitucionalidade pode ser exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Lei municipal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- (b) Lei estadual não pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.
- (c) A ação civil pública pode ser supedâneo de controle concentrado de constitucionalidade.
- (d) É possível que o Supremo Tribunal Federal julgue uma norma municipal inconstitucional através do controle difuso de constitucionalidade.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (b) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado por votação da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (c) É garantido ao membro do Ministério Público a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
- (d) Por vedação expressa, em nenhuma hipótese poderá o membro do Ministério Público receber honorários em processos judiciais.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) As fundações públicas possuem imunidade tributária quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- (b) É vedado o acúmulo de cargo remunerado ocupado em fundação pública com qualquer outro cargo público também remunerado.
- (c) A vedação de acúmulo de cargo público remunerado previsto na Constituição Federal não se aplica às Fundações Públicas.
- (d) É permitido o acúmulo de três cargos de professor remunerados em diferentes entidades públicas de ensino.

QUESTÃO 18

A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ser proposta:

- (a) Quando houver o desrespeito por parte de órgão público aos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Constituição, independentemente da existência de outro remédio constitucional apto a sanar a lesividade.
- (b) Para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público, desde que não haja outro remédio constitucional apto a sanar a lesividade.
- (c) Perante o Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais de Justiça dos Estados e aos Tribunais Regionais Federais.
- (d) Por qualquer cidadão, tal como na ação popular.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O princípio da ampla defesa não pode conviver com o indeferimento de diligência probatória pelo juiz.
- (b) São idênticos o direito de petição e o direito de postular em juízo, ou seja, direito de ação.
- (c) Não existem exceções ao princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- (d) O devido processo legal é uma cláusula aberta, ou seja, abarca vários outros princípios constitucionais de natureza processual.

QUESTÃO 20

A disposição prevendo que "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação e reprodução das suas obras, transmissíveis aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar" é norma constitucional:

- (a) de aplicabilidade plena, mas com eficácia redutível.
- (b) programática.
- (c) de eficácia limitada.
- (d) de aplicabilidade e eficácia plenas.

QUESTÃO 21

Quando da promulgação de uma nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da constituição antiga, mas continua válida pela teoria:

- (a) da repristinação.
- (b) da desconstitucionalização.
- (c) da recepção.
- (d) do poder constituinte subordinado.

QUESTÃO 22

Concernente a direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta:

- (a) A sucessão de bens estrangeiros situados no Brasil será sempre regulada pela lei brasileira, em benefício dos cônjuges ou dos filhos brasileiros.
- (b) É vedada, em qualquer hipótese, a instituição de associação de caráter paramilitar.
- (c) A criação de associações e cooperativas dependem de autorização estatal.
- (d) As associações poderão impedir o associado de deixar a entidade enquanto não houver o pagamento de dívidas existentes.

QUESTÃO 23

De acordo com a Lei n. 8.666/93, julgue os itens seguintes:

I. Subordinam-se ao regime da Lei n. 8666/93, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

III. É permitida a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

IV. Poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

É correto afirmar que:

- (a) Uma afirmativa é correta.
- (b) Duas afirmativas são corretas.
- (c) Três afirmativas são corretas.
- (d) Todas as afirmativas são corretas.

QUESTÃO 24

Acerca da Lei n. 10.520/2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, assinale a alternativa incorreta:

- (a) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas e as sanções por inadimplemento, sendo desnecessário definir as cláusulas do contrato.
- (b) A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- (c) Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.
- (d) A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

QUESTÃO 25

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Rio Verde, é correto afirmar que:

- (a) O Município de Rio Verde, uma unidade do território do Estado de Goiás e integrante da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, rege-se pela sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, respeitados somente os princípios estabelecidos na Constituição da República.
- (b) Cabe privativamente ao Município, entre outras, as atribuições de legislar sobre assuntos de interesse local e elaborar apenas o orçamento anual.
- (c) Ao Município compete suplementar apenas a legislação federal, no que couber, e naquilo que dispuser ao seu peculiar interesse, visando adaptá-la à realidade local.
- (d) Lei Municipal disporá sobre a criação, organização, supressão e fusão de Distritos com finalidade administrativa, na forma que a lei complementar estadual estabelecer.

QUESTÃO 26

Com base na Lei n. 12.527/2011, julgue os itens seguintes:

- I. Subordinam-se ao regime da Lei n. 12.527/2011 os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- II. Para os efeitos da Lei n. 12.527/2011, considera-se como documento a unidade de registro de informações, apenas em formato físico.
- III. Os procedimentos previstos na Lei n. 12.527/2011 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes de observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública e desenvolvimento do controle social da administração pública.
- IV. É facultado aos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

É correto afirmar que:

- (a) Nenhuma das alternativas é verdadeira.
- (b) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- (c) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- (d) Todas as alternativas são verdadeiras.

QUESTÃO 27

A Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Cabrobró/PE estabelece que compete ao Procurador-Geral do Município, exclusivamente, definir a lotação dos servidores do órgão. Em 25 de abril de 2015, Diretor Geral da Procuradoria Municipal editou portaria através da qual relatou o Procurador Municipal que desempenhava suas funções na Secretaria Municipal de Educação, transferindo-o para a Procuradoria Especial do Contencioso Tributário, sob o fundamento de atendimento às urgentes necessidades do serviço, bem como ao interesse público. Nesta circunstância, é correto afirmar que:

- (a) O ato administrativo praticado é inválido, por não preencher a todos os requisitos de validade e eficácia dos atos administrativos em geral.
- (b) O ato administrativo praticado é válido, por preencher todos os requisitos de validade e eficácia dos atos administrativos em geral.
- (c) O ato administrativo praticado é de natureza vinculada.
- (d) O mérito do ato administrativo pode ser questionado judicialmente.

QUESTÃO 28

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde (Lei n. 3.968/2000), assinale a alternativa incorreta:

- (a) Compete ao Chefe do Poder Executivo prover por decreto os cargos públicos.
- (b) O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial, ainda que não transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja atribuída ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada ampla defesa.

- (c) Posse é a aceitação formal das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo e será dada pela Secretaria de Administração e Finanças.
- (d) Os ocupantes de cargos em comissão ou de função gratificada por encargo de chefia, assessoramento superior, secretariado ou inspeção, estão sujeitos, qualquer que seja seu cargo ou emprego de origem, a jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho.

QUESTÃO 29

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), assinale a alternativa incorreta:

- (a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (b) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma da lei, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.
- (c) Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, excluídos adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.
- (d) A repartição dos limites globais das despesas com pessoal não poderá exceder, na esfera federal, 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União; 6% (seis por cento) para o Judiciário; 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da Lei Complementar 101/2000; e 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União; na esfera estadual 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; 6% (seis por cento) para o Judiciário; 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo e 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados; e na esfera municipal, 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei n. 9784/1999, julgue os itens seguintes:

- I. São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo, expor os fatos conforme a verdade e proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- II. O processo administrativo inicia-se apenas a pedido de interessado.
- III. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir e devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- IV. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de respostas às afirmativas acima transcritas:

- (a) V; V; V; V.
- (b) F; F; F; F.
- (c) V; V; F; F.
- (d) V; F; V; V.

QUESTÃO 31

Tendo em vista as disposições da Lei n. 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma da Lei de Improbidade Administrativa.
- (b) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual e, notadamente, receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- (c) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado de modo que a indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem somente o integral ressarcimento do dano, não incidindo sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- (d) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

QUESTÃO 32

Acerca da Ação Popular, assinale a alternativa correta:

- (a) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

- (b) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita apenas com o título eleitoral.
- (c) A ação popular será proposta apenas contra as pessoas públicas ou privadas, não alcançando as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado.
- (d) Para instruir a inicial, o cidadão deverá requerer às entidades mencionadas no artigo 1º da Lei n. 4.717/65, as certidões e informações que julgar necessárias, mediante indicação circunstanciada e demonstração da efetiva necessidade de tais documentos.

QUESTÃO 33

Acerca da concessão de serviços públicos prevista na Lei n. 8.987/95, pode-se afirmar que não é direito dos usuários:

- (a) Receber serviço adequado.
- (b) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço.
- (c) Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.
- (d) Receber do poder concedente e da concessionária informações apenas para a defesa de interesses individuais.

QUESTÃO 34

Acerca da desapropriação, assinale a alternativa correta:

- (a) No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social prevista na Lei n. 4.132/1962, na hipótese de haver divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, expressos em termos reais, não incidirão juros compensatórios.
- (b) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- (c) Declarada a utilidade pública, as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes não ficam autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração para a realização de inspeções e levantamentos de campo.
- (d) A desapropriação abrangerá somente a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina.

QUESTÃO 35

No Direito das Sucessões é prevista a exclusão do herdeiro por indignidade, que tem por embasamento a premissa de que o algoz não deve herdar de sua vítima. A respeito dessa possibilidade de exclusão, indique a alternativa correta:

- (a) As causas de exclusão por indignidade podem ser encontradas na legislação penal e por isso não são taxativas aquelas previstas no Código Civil.
- (b) A prática de tentativa de homicídio contra o titular do patrimônio a ser herdado não configura causa de exclusão por indignidade.
- (c) Os crimes de calúnia, injúria e difamação não autorizam a exclusão por indignidade.
- (d) São pessoais os efeitos da exclusão por indignidade e os descendentes do excluído herdam como se ele fosse morto.

QUESTÃO 36

Quanto à aceitação e renúncia da herança, assinale a alternativa correta:

- (a) O herdeiro deve aceitar a herança expressamente, através de instrumento público.
- (b) A renúncia à herança pode ser revogada a qualquer tempo.
- (c) Não se pode aceitar apenas parte da herança, sob condição ou a termo.
- (d) A renúncia pode ser feita em favor de pessoa determinada.

QUESTÃO 37

Quanto ao casamento, assinale a alternativa incorreta:

- (a) O registro do casamento religioso não se submete aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.
- (b) O casamento celebrado no Brasil também pode ser provado por outros meios, dispensando-se a certidão do registro, em prestígio à teoria da aparência.
- (c) O casamento poderá ser realizado sem a presença dos contraentes, os quais poderão ser representados por procuradores.
- (d) No Brasil, por força da Resolução n. 175, do Conselho Nacional de Justiça, é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

QUESTÃO 38

A respeito das relações de parentesco, assinale a alternativa correta:

- (a) Parentesco é um vínculo jurídico que não é estabelecido pela lei.
- (b) O parentesco por afinidade na linha reta é extinto com o fim do casamento ou da união estável.
- (c) Cônjuges e companheiros são parentes entre si.
- (d) A lei não impõe limite para o parentesco na linha reta, mas limita até o 4º grau o parentesco na linha colateral.

QUESTÃO 39

A adoção é meio de colocação da criança ou adolescente em família substituta. Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- (a) Só podem adotar as pessoas regularmente casadas.
- (b) O novo registro de nascimento do adotando não cancela o registro anterior.
- (c) A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- (d) A adoção internacional tem prioridade sobre a adoção nacional, ou seja, aquela realizada por pessoas residentes no Brasil.

QUESTÃO 40

A lei diz que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida. A respeito da personalidade e da capacidade da pessoa, assinale a alternativa correta:

- (a) O nascituro não tem seus direitos assegurados pela legislação.
- (b) As pessoas que possuam enfermidade ou deficiência mental são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil.
- (c) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são relativamente incapazes.
- (d) A lei considera como absolutamente incapazes apenas as pessoas menores de 16 anos de idade.

QUESTÃO 41

A lei 8.078/90 dispõe sobre a proteção do consumidor. Em vista de suas disposições, assinale a alternativa incorreta:

- (a) É considerado consumidor qualquer pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (b) Qualquer pessoa física ou jurídica que desenvolva atividade de produção, criação, transformação ou comercialização é considerada fornecedor.
- (c) Não constitui direito de informação conferido ao consumidor saber dos tributos incidentes e preço do produto ou serviço que adquirir.
- (d) Para execução da Política Nacional de Relações de Consumo, o poder público promoverá a assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.

QUESTÃO 42

No que se refere às providências preliminares, o saneamento e o julgamento no Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (a) Ao réu revel não será permitida a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.
- (b) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, poderá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.
- (c) A decisão que julgar antecipadamente parcela do mérito será impugnada por meio de apelação dirigida ao juiz da causa.
- (d) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.

QUESTÃO 43

Segundo o Código de Processo Civil, a produção antecipada de provas será admitida quando:

- (a) Haja fundada dúvida de que venha a tornar-se possível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.
- (b) A prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito.
- (c) O prévio conhecimento dos fundamentos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- (d) Quando a prova mostrar-se demasiadamente complexa.

QUESTÃO 44

O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo será realizado da mesma forma que o cumprimento definitivo. Nesse sentido e de acordo com Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se a sentença for reformada, a reparar os danos que o executado haja sofrido.
- (b) Fica sem efeito, sobrevindo decisão que modifique ou anule a sentença objeto da execução, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidando-se eventuais prejuízos nos mesmos autos.
- (c) Se a sentença objeto de cumprimento provisório for modificada ou anulada apenas em parte, somente nesta ficará sem efeito a execução.
- (d) O levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem transferência de posse ou alienação de propriedade ou de outro direito real, ou dos quais possa resultar dano ao executado, independem de caução.

QUESTÃO 45

O Novo Código de Processo Civil inovou criando a audiência preliminar de conciliação e mediação. Analise as sentenças abaixo.

- I. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.
- II. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.
- III. O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.
- IV. A audiência é una, não podendo haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação.
- V. O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 5 (cinco) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Após a análise, pode-se dizer que:

- (a) I, II e III estão corretas.
- (b) I, III e V estão corretas.
- (c) II, IV e V estão corretas.
- (d) I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 46

O Novo Código de Processo civil trouxe diversas inovações para o direito processual, entre elas o julgamento parcelado do mérito. Nesse sentido, analise o caso hipotético a seguir:

João Couve relata em sua causa de pedir que José Horta cometeu ato ilícito, e que este ato gerou a João Couve a titularidade de direitos, o que lhe proporcionou os seguintes pedidos em ação judicial do processo de conhecimento procedimento comum, quais sejam: a) indenização por danos materiais e b) danos morais. Em consequência, o juiz condutor do feito, convencido pelas provas produzidas até o momento de que os danos morais achavam-se devidamente provados (circunstância distinta no que se refere aos danos materiais que mantiveram-se controvertidos), profere decisão condenando José Horta a indenizar João Couve em danos morais, e agenda audiência de instrução com a finalidade de finalizar a instrução referente aos danos materiais.

Na condição de advogado de José Horta, qual a medida judicial para impugnar a decisão que julgou procedente o pedido de dano moral?

- (a) Agravo retido.
- (b) Agravo de instrumento.
- (c) Apelação.
- (d) Embargos de divergência.

QUESTÃO 47

O Código de Processo Civil disciplina que não dependem de prova os fatos:

- (a) Notórios e controversos.
- (b) Afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- (c) Admitidos no processo como relevantes.
- (d) Ilícitos.

QUESTÃO 48

Analise as assertivas sobre as Tutelas de Urgência no Novo CPC.

- I. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- II. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- III. A tutela de urgência somente pode ser concedida liminarmente e incabível justificação prévia.
- IV. A tutela de urgência de natureza antecipada será concedida mesmo quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- V. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada apenas mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens e registro de protesto contra alienação de bem.

Após a análise, pode-se dizer que:

- (a) I, II e III estão corretas.
- (b) I e III estão corretas.
- (c) IV e V estão corretas.
- (d) I e II estão corretas.

QUESTÃO 49

Consoante previsão expressa da Lei 8.213/1991, a Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos, exceto:

- (a) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- (b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (c) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- (d) Irredutibilidade do valor nominal dos benefícios.

QUESTÃO 50

São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

- (a) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (b) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (c) O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- (d) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 24 (vinte e quatro) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

QUESTÃO 51

Assinale a opção que reflete o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.

- (a) O benefício acidentário, no caso de contribuinte que perceba remuneração variável, deve ser calculado com base na média aritmética dos últimos três meses de contribuição.
- (b) Não é devida a pensão por morte aos dependentes do segurado que, apesar de ter perdido essa qualidade, preencheu os requisitos legais para a obtenção de aposentadoria até a data do seu óbito.

- (c) A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial não tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, mesmo que comprovada a necessidade econômica superveniente.
- (d) A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.

QUESTÃO 52

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- (a) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (b) É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.
- (c) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (d) Para efeito de aposentadoria, é vedada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana.

QUESTÃO 53

Assinale a opção correta referente ao regime previdenciário dos servidores públicos.

- (a) A aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao tempo de contribuição pode ser requerida por servidor que atenda aos seguintes requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e de cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; e idade mínima de sessenta anos, se homem, e de cinquenta e cinco anos, se mulher.
- (b) Com a reforma operada pela Emenda Constitucional nº 88, a aposentadoria compulsória de servidor público passou a ocorrer aos setenta e cinco anos de idade, se mulher, e aos setenta e cinco anos de idade, se homem, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- (c) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, excluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- (d) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

QUESTÃO 54

Analise as assertivas abaixo, em seguida assinale a alternativa CORRETA:

- I. Sendo a lei penal mais favorável ao réu, aplica-se ao fato cometido sob a égide de lei anterior, desde que ele ainda não tenha sido decidido por sentença condenatória transitada em julgado.
- II. No estado de necessidade, o perigo pode advir de conduta humana, força maior ou caso fortuito, a legítima defesa só é possível contra agressão humana ou ataque espontâneo de animal irracional.
- III. O nexo causal consiste em mera constatação acerca da existência de relação entre conduta e resultado, tendendo a sua verificação às leis da física, mais especificamente, da causa e do efeito.
- IV. A coação moral irresistível exclui a culpabilidade, enquanto a coação física exclui a conduta, e, em consequência, o próprio fato típico praticado pelo coagido.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- (b) Somente as assertivas II e IV estão corretas.
- (c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- (d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 55

Assinale a alternativa INCORRETA:

- (a) A lei penal brasileira deverá ser aplicada aos crimes cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras públicas, mesmo que em território internacional, como hipótese de extraterritorialidade fundamentada no princípio da representação.
- (b) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário configura crime contra a administração pública previsto no Código Penal.
- (c) As circunstâncias de caráter real ou objetivas comunicam-se no concurso de pessoas, desde que tenham ingressado na esfera de conhecimento dos demais agentes.
- (d) O Código Penal adotou a teoria da *actiones libera in causa*, portanto, a embriaguez não acidental não exclui a culpabilidade do agente, seja voluntária, culposa, completa ou incompleta.

QUESTÃO 56

Marque a alternativa INCORRETA:

- (a) Constitui crime a representação por ato de improbidade administrativa contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- (b) A anistia e a *abolitio criminis*, mesmo sendo posteriores ao trânsito em julgado, atingem todos os efeitos penais da sentença condenatória, principais e secundários, permanecendo intocáveis, somente, os efeitos civis.
- (c) Manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação configura crime contra o sistema financeiro nacional (art. 11 da Lei 7492/1986).
- (d) No Direito Penal, tanto a prescrição quanto a decadência podem ocorrer a qualquer momento, antes ou durante a ação e até mesmo após o trânsito em julgado de sentença condenatória.

QUESTÃO 57

Marque a alternativa INCORRETA:

- (a) Constitui crime previsto no Código Penal participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo.
- (b) A pessoa que exerce transitoriamente e sem remuneração cargo, emprego ou função pública não é considerada funcionário público para fins de Direito Penal.
- (c) Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente em razão de sua procedência nacional configura crime previsto na Lei 7.716/1989.
- (d) Os crimes definidos na Lei 8.666/1993, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

QUESTÃO 58

A tratativa da utilização das provas ilícitas no Brasil está contida na Constituição do Brasil, no artigo 5º, inciso LVI, e no Código de Processo Penal, no artigo 157. Leia as alternativas que seguem e marque o que for correto:

- (a) São inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos, podendo ser desentranhadas a critério do juiz.
- (b) As provas ilícitas são entendidas como aquelas obtidas, exclusivamente, em violação às normas constitucionais.
- (c) As provas derivadas das ilícitas também são inadmissíveis, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (d) As provas ilícitas são entendidas como aquelas obtidas, exclusivamente, em violação às normas legais.

QUESTÃO 59

Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta:

- (a) A prisão preventiva somente poderá ser decretada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.
- (b) A prisão preventiva somente poderá ser aplicada cumulativamente com outra medida cautelar, de ofício ou a requerimento das partes, ou quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.
- (c) A prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo juiz em qualquer fase da investigação.
- (d) A prisão preventiva não poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer obrigação imposta por força de outras medidas cautelares.

QUESTÃO 60

Marque a opção correta em relação à liberdade provisória com ou sem fiança:

- (a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja superior a 04 (quatro) anos.
- (b) Não será concedida liberdade provisória mediante fiança quando se tratar de prática de crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, crimes hediondos, crimes cometidos por grupos armados civis ou militares contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, dentre outras situações.
- (c) A liberdade provisória mediante fiança não será concedida se não presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva.
- (d) A fiança somente poderá ser prestada antes de proferida a sentença condenatória.